

Universidade de Brasília

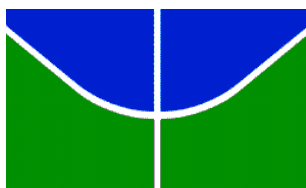
Instituto de Ciência Política

Preferências Políticas, Autoritarismo, Apoio e Rejeição às Instituições no Brasil

Keren Appuc

Brasília – DF

dezembro/2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Preferências Políticas, Autoritarismo, Apoio e Rejeição às Instituições no Brasil

Keren Appuc

Artigo apresentado ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Carlos Oliveira.

Brasília – DF

Preferências Políticas, Autoritarismo, Apoio e Rejeição às Instituições no Brasil

Keren Appuc*

Brasília, dezembro de 2023

Resumo

Esta pesquisa investiga a relação entre preferências políticas, características individuais e confiança nas instituições. As análises se baseiam em dados longitudinais do Barômetro das Américas para o Brasil, com abrangência de 2006 a 2021. Os resultados indicam que ser ou não identificado com PT (Partido dos Trabalhadores), a ideologia, interesse por política, nível de participação política, apoio à democracia, autoritarismo, gênero, idade e escolaridade afetam o grau de confiança individual nas Forças Armadas, no Presidente da República, Congresso, Supremo Tribunal Federal (STF), Eleições e Partidos. São achados relevantes para a ciência política, especialmente com implicações para estudos das instituições e do comportamento político.

Palavras-chaves: Instituições - Preferências Políticas - Ideologia - Confiança - Comportamento político

Introdução

Nos últimos anos, houve aumento significativo nos estudos que buscam entender a relação entre crenças individuais e democracia (OXLEY et al., 2008). Isso porque a literatura afirma que os indivíduos não dispõem dos recursos necessários para controlar todos os aspectos da vida diária, o que torna comum a necessidade de depositarem sua segurança nas instituições do Estado, da própria sociedade e, frequentemente, fiar suas escolhas em representantes que atuam nessas esferas (RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018). Em tal cenário, pode-se incluir políticos, médicos, policiais, líderes religiosos e outros agentes sociais relevantes (*idem*).

No âmbito político e considerando, portanto, que instituições do Estado são essenciais para a consolidação da democracia, o apoio popular a elas tende a ser fundamental

*kerenandhy@gmail.com

em tal processo. Nesse aspecto, numa sociedade heterogênea, crenças positivas ou negativas tendem a ser esperadas. Sendo assim, num país como o Brasil, quais características individuais levariam alguém a confiar ou desconfiar das instituições? Ideologias políticas, identificação partidária, inclinações autoritárias, o interesse por política, nível de engajamento político, escolaridade, gênero seriam fatores determinantes na construção dos sentimentos dos indivíduos no que tange a essas instituições?

Para buscar repostas a essas perguntas, a despeito de várias possibilidades a serem exploradas nesse campo de estudos, esta pesquisa investiga o nível de confiança dos brasileiros em relação ao Presidente da República, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Forças Armadas (FA), Eleições e Partidos Políticos. Adicionalmente, tendo noção do grau de confiança ou não, analisa-se também o quanto variáveis como as mencionadas anteriormente impactam tal confiança ou desconfiança.

Russo, Azzi e Favari (2018) apontam que partidos e eleições são vistos de forma negativa, sobretudo se comparadas as FA. Seus achados ainda mostra que brasileiros mais engajados politicamente e menos frequentes na Internet possuem nível mais alto de confiança nas instituições. Trata-se de relevante análise, mas esta pesquisa avança um pouco, acrescentando outras variáveis relevantes, para compreender com mais amplitude os determinantes da confiança nas instituições do estado brasileiro.

É fundamental destacar, por exemplo, que a formação das instituições envolve a combinação de condições que incluem processos históricos, mudanças políticas, sociais e transformações culturais (MIRANDA, 2017). Esses aspectos compõem o relacionamento entre instituições e indivíduos (MIRANDA, 2017). A qualidade e o desempenho das instituições políticas têm um impacto direto na capacidade dos governos de responderem às demandas e às necessidades da sociedade, ou seja, têm impacto direto na vida dos cidadãos (NORRIS, 1999).

Estudos indicam que traços cognitivos dos indivíduos, como sentimentos, podem estar relacionados às suas atitudes políticas (OXLEY et al., 2008). Essas pesquisas sugerem que as emoções desempenham um papel importante na formação dos sentimentos políticos, influenciando o engajamento cívico, a tomada de decisão política e a percepção de questões políticas a partir de crenças prévias (TABER; LODGE, 2006).

Portanto, é fundamental ampliar o escopo de variáveis com potencial explicativo da confiabilidade das pessoas nas instituições. É em tal contexto que este artigo busca colaborar com a investigação nesse campo. Para isso, desenvolve uma série de análises com base nos dados do Barômetro das Américas (LAPOP). São, para tanto, considerados levantamentos que abrangem o período de 2007 a 2019. Os achados aqui sugerem, além do que já se sabe a partir dos resultados de Russo, Azzi e Favari, que características como ser ou não identificado com o Partido dos Trabalhadores (PT), ideologia, apoiar ou não a democracia, se autoritário influenciam diretamente no grau de confiança dos indivíduos em relação às Forças Armadas, Presidente da República, Congresso, Supremo Tribunal Federal, Eleições e Partidos.

Na seção a seguir, desenvolve-se uma revisão teórica a respeito dos temas abordados neste artigo. Depois, apresentam-se a metodologia, os dados e a operacionalização das variáveis. Em sequência, vem a identificação e discussão dos resultados e conclui-se com as considerações finais a respeito dos achados, limitações e indicações para futuras pesquisas nesse tópico.

1 Discussões Teóricas

1.1 Instituições e Cenário Brasileiro

Existem diversos autores que propõem a existência de um sentimento de desconfiança geral nas instituições do estado brasileiro (GOMES; ABREU, 2009). Não parece ser um cenário surpreendente, afinal a construção do estado brasileiro não tem sido algo que historicamente considere a participação popular, mas restringe-se às elites financeiras e políticas (CARVALHO, 2004).

Na teoria marxista, o Estado é interpretado como um instrumento de dominação, que objetiva proteger interesses individuais da classe dominante, em vez de proporcionar representatividade à sociedade “como um todo”. Esse sentimento de desconfiança nas instituições, conforme sugerem alguns autores (MOISÉS, 2005), se origina da percepção de que as instituições políticas são tendenciosas aos interesses das elites. Desta forma, a desconfiança nas instituições pode ser vista como uma manifestação da crítica marxista de que o Estado serve predominantemente aos interesses da burguesia ou das elites econômicas (PERISSINOTTO; CODATO, 2010). Isso é especialmente relevante nas discussões sobre a relação entre a desconfiança nas instituições e a teoria política marxista.

Os estudos sobre cultura política consideram a existência ou escassez de práticas democráticas nos indivíduos. Essas orientações são construídas por meio de processos de interação com a experiência política e influenciam diretamente a estabilidade ou variações do regime, deste modo, a cultura política se torna consistente através de uma concepção democrática da participação política (MOISÉS, 2005). Diante disso, é imperativo que os cientistas políticos persistam na avaliação da opinião pública, procurando compreender a organização e a origem das visões relacionadas a instituições, especialmente no contexto das novas gerações (RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018). A cultura política abrange uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos, tais como o orgulho nacional, o respeito pela lei, a participação e o interesse pela política, a tolerância, a confiança interpessoal e institucional. Esses elementos afetam o engajamento das pessoas com a esfera pública (MOISÉS, 2005).

A esse respeito, Ângela Castro Gomes (2009) aborda a percepção negativa acerca da Primeira República brasileira, considerada um fracasso. A autora argumenta que essa periodização está relacionada a uma desvalorização de instituições democráticas como eleições, parlamentos, partidos políticos e formas de associação. Ela também afirma que essa percepção negativa valoriza apenas certos aspectos da política formal, o que evidencia um preceito acerca das instituições brasileiras, construído com base em narrativas acerca de como se deu o processo de elaboração das mesmas.

Partindo do pressuposto de que indivíduos e instituições exercem, ambos, influência sobre si (HUNTINGTON; LEMOS, 1975; MIRANDA, 2017), torna-se evidente que a credibilidade e o funcionamento pleno e efetivo das mesmas pode depender do grau de confiança nelas pelos cidadãos. Quando as instituições são capazes de demonstrar claramente sua universalidade, imparcialidade e retidão em seus procedimentos, garantindo que os interesses dos cidadãos sejam genuinamente considerados, elas tornam-se confiáveis aos cidadãos (FOCKINK, 2019). Por outro lado, quando são identificadas práticas corruptas, ocorre o oposto. Essas práticas minam a convicção nas instituições, prejudicando sua credibilidade, a confiança social e a própria democracia. Isso resulta em danos significativos para as instituições em si (*idem*).

A qualidade e o desempenho das instituições políticas têm impacto direto na capacidade dos governos de responderem às demandas e às necessidades da sociedade, ou

seja, têm impacto direto na vida dos cidadãos (NORRIS, 1999). Além disso, a importância da adaptação das instituições políticas às mudanças sociais, econômicas e culturais em curso é essencial, pois as mesmas devem ser capazes de evoluir e se ajustar às demandas da sociedade e aos desafios emergentes, a fim de manterem a sua relevância entre os cidadãos e a eficácia do governo (HUNTINGTON; LEMOS, 1975).

A confiança nas instituições políticas brasileiras é dinâmica e pode variar ao longo do tempo com base em eventos políticos, desempenho das mesmas e percepções da sociedade (SANTOS; HOFFMANN, 2019). Desde a promulgação da Constituição, houve flutuações na confiança às instituições em diversos momentos, influenciadas por escândalos envolvendo figuras políticas.

Como exemplo, a teoria das elites tentou explicar as relações entre militares e a sociedade civil. Existem fatores que fortalecem ou prejudicam o estabelecimento das elites militares (PENIDO, 2021). Huntington (1975) afirma que o distanciamento existente entre militares e civis abre espaço para que militares se sintam pouco reconhecidos pelos serviços prestados, o que explicaria determinada falta de confiança na instituição em questão. No Brasil, as Forças Armadas têm uma história marcada pela intervenção política durante o regime militar (1964 - 1985), após esse período, houve um longo processo de restabelecimento da imagem da instituição no país, que trouxe certa estabilidade durante anos.

Como já citado, o apoio às instituições depende diretamente de seu desempenho. Desse modo, a confiança depositada pelos cidadãos ao presidente da república, por exemplo, está relacionado ao seu desempenho no cargo (CANES-WRONE; MARCHI, 2002; CANES-WRONE; SHOTTS, 2004). Um caso a se destacar é o do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele gozou de alta popularidade durante grande parte de seu primeiro mandato (2002 - 2006) devido a políticas sociais eficazes e crescimento econômico. No entanto, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016) enfrentou desafios econômicos e escândalos de corrupção, resultando em uma queda significativa em sua popularidade e, conseqüente, desconfiança dos cidadãos.

Já a percepção acerca do Congresso Nacional, tendo em conta o caso dos Estados Unidos, é normalmente influenciada pela aprovação do presidente (SMITH; ROBERTS; WIELEN, 2013). Não há muitos estudos que buscam explicar o nível de confiança no Parlamento brasileiro, porém é possível haver relação com o quanto os indivíduos consigam entender os efeitos das decisões dos congressistas para a melhoria de suas vidas. Fora isso, o povo brasileiro enxerga mais o presidente da República como responsável pelo sucesso ou fracasso do país, pouco se importando com Câmara e Senado (CINTRA, 2007).

O Supremo Tribunal Federal é a mais alta corte do Brasil e desempenha um papel fundamental na interpretação da Constituição. Há algum tempo vêm se medindo a confiança na Justiça brasileira¹ de modo geral e especificamente no STF. Com o melhor esforço feito nesta pesquisa, não se encontraram estudos que expliquem a variação de confiança na Corte. Institutos que medem opinião pública têm capturado o percentual desse índice, porém falta compreender as razões para a confiança ou desconfiança nessa instituição. Apesar de não ser meta específica desta pesquisa desvendar esse ponto, é bem provável que a confiança no STF varie em consonância com os temas julgados e decisões polêmicas (novos estudos poderiam considerar esse tópico).

¹ Ver, por exemplo, o Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil) da Fundação Getúlio Vargas.

No que concerne às eleições – pilar da democracia – a confiança está estritamente ligada ao quanto a população as vê como justas e limpas (MONSIVÁIS-CARRILLO, 2022). No entanto, eventos como a disseminação de *fake news* têm sido visto mais recentemente como possíveis influenciadores de resultados eleitorais (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017), o que pode reduzir a confiança no processo. Além disso, mudanças nas regras eleitorais e o sistema de financiamento de campanha também podem afetar a percepção da legitimidade das eleições (REYNOLDS; REILLY; ELLIS, 2008).

Os partidos políticos desempenham um papel importante na representação dos cidadãos e na organização da democracia (DALTON; FARRELL; MCALLISTER, 2011). No entanto, no Brasil, eles frequentemente são vistos com desconfiança (PAIVA; BRAGA; JR, 2007), além de o sistema político do país ser centrado em pessoas mais que em agremiações partidárias (SAMUELS, 2008). Fora isso, a história e institucionalização dos partidos políticos brasileiros não é algo perene, mas recente e ainda em processamento (FLEISCHER, 2007). Adicionalmente, considerando os últimos 40 anos, as disputas partidárias no país têm se dado em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, simpatizando-se com ele ou sendo antipetista (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2020; SAMUELS; ZUCCO, 2018). É um quadro pouco propício para confiança majoritária nos partidos políticos.

Tendo em vista essa breve análise acerca das instituições aqui abordadas, o Brasil parece ter entrado num ciclo mais estabilizado, sobretudo a partir da promulgação da Constituição de 1988, após décadas caracterizadas pela instabilidade política. Isso contrasta com décadas anteriores, quando conflitos políticos se tornaram insolúveis, resultando na intervenção militar na política. É verdade que a ascensão de Jair Bolsonaro como ícone da extrema-direita e sua eleição para presidente do Brasil em 2018 – inclusive durante seu governo – ter sido um grande teste pós esse tempo estável (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

Essas idas e vindas, por certo, são terreno férteis para desconfianças. Democracias capazes de manter ciclos de desenvolvimento econômico e social muitas vezes coexistem com processos de desenvolvimento da participação política de seus cidadãos de maneira mais elaborada e efetiva, impulsionados por transformações culturais (MOISÉS, 2005). Seria, assim, um contexto mais propício construção de confianças.

1.2 A Confiança Popular e Consolidação das Instituições

A tese de congruência de Almond e Verba (2015), apresentada na obra *The Civic Culture*, argumenta que a estabilidade e o conseqüente sucesso de uma democracia dependem da boa relação entre as atitudes políticas dos indivíduos e as estruturas institucionais do país. De acordo com os autores, uma participação política efetiva e saudável ocorre quando há proporção entre expectativas, valores e crenças dos cidadãos e as ações institucionais do governo. Dessa forma, a congruência entre as atitudes políticas dos cidadãos e as estruturas institucionais democráticas é crucial para promover a participação política efetiva.

O estabelecimento de hipóteses que expliquem o desenvolvimento da confiança nas instituições políticas pelos indivíduos precisa abordar quais grupos são mais ou menos propensos a confiar nessas instituições. Enquanto explicações em nível macro – como a estabilidade do regime democrático e o desempenho econômico – são úteis para compreender a percepção média de um país, sua capacidade de explicar a variação entre grupos dentro da mesma população é naturalmente limitada (RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018).

A confiança depositada nas instituições está fundamentada na existência de uma perspectiva compartilhada pelos cidadãos em relação a sua participação na comunidade política (MOISÉS, 2005). Essa condição é essencial para a justificação normativa das instituições, pois quando os cidadãos perdem a confiança nas instituições, podem se sentir desencorajados a participar politicamente, engajar-se em processos eleitorais ou apoiar políticas públicas (MOISÉS, 2005).

Há estudos que investigam conexão entre ideologia e comportamento político acerca das instituições. Alguns pesquisadores afirmam haver relação entre atitudes e instituições políticas no que diz respeito ao sentimento de se sentir parte de um grupo (DALTON, 2000). Isso teria a ver com um sentido identitário, cujo motivador é um objetivo compartilhado a ser alcançado,

Como consequência, surge a tendência à polarização na sociedade, ou seja, o pensamento de ser e pertencer a um grupo necessariamente coloca o indivíduo em uma posição de oposição a outro grupo. A esse respeito Thomas Carothers (2023) afirma que a necessidade de pertencimento parece ser uma condição do século XXI. Em tal contexto, segundo ele, a polarização pode ser caracterizada por uma espécie de consequência do fracasso das instituições democráticas, porque o antagonismo exagerado tenderia a destruir as instituições democráticas.

A confiança, na linguagem comum, denomina segurança de procedimentos diante de circunstâncias diversas que afetam a vida dos indivíduos (MENEGUELLO; MOISÉS, 2013). Ela é a indicação de expectativas que as pessoas constroem a respeito do comportamento dos outros com quem convivem e interagem; está relacionada à ação desses outros quanto aos seus interesses, aspirações e preferências (MENEGUELLO; MOISÉS, 2013).

Desde o fim da década passada, há no Brasil uma forte sensação de crise política (AVRITZER, 2018). O sistema político sofreu um enfraquecimento, dando espaço para sentimentos antipartidários e extremistas (COSTA, 2020). Atualmente existem linhas de pesquisa que buscam investigar o impacto de um país polarizado no comportamento político (BARBER et al., 2015). Por exemplo, Iyengar (2012) define a polarização como um sentimento afetivo, contrariando teorias que afirmam que a polarização é estritamente ideológica (FIORINA; ABRAMS, 2008).

Claramente, as pessoas são muito diferentes e, por isso, há no campo da ciência política, estudos que procuram compreender a influência da sofisticação política nas instituições (IYENGAR; SOOD; LELKES, 2012). Compreende-se sofisticação política como - o nível de consciência que os indivíduos possuem acerca de questões e processos políticos. Pressupõe-se que pessoas com alto índice de informação são sofisticadas politicamente por possuírem conhecimento e aptidão para analisar informações e compreenderem as questões do meio político, o que torna o estudo sobre conhecimento político fundamental para entender o comportamento político (BARABAS et al., 2014).

Notoriamente, o processo de aquisição de informação e conhecimento na sociedade pode ser desafiador, principalmente na era digital. Existem complexidades, não só na disseminação de informações, mas na recepção das mesmas (ALTHAUS, 1998). Mesmo nesse quadro, há evidências da influência exercida pelo grau de informações que um indivíduo possui sobre o seu comportamento (*idem*).

No Brasil, com o processo de redemocratização, a população passou a expressar cada vez mais a necessidade de espaços institucionalizados onde cidadãos pudessem interagir com representantes dos poderes constituídos. Esse aumento na necessidade por participação

reflete a necessidade de uma sociedade civil engajada e informada sobre questões políticas e éticas, isso para que os cidadãos possam desempenhar um papel efetivo em espaços de participação (VILAS, 2013).

A literatura apresentada destaca que o comportamento das instituições políticas democráticas exerce influência direta e circunstancial na formação da opinião pública dos indivíduos, não apenas em relação ao governo em si, mas também nas instituições que o constituem. Se a confiança não está presente, as instituições, sem dúvida, podem sucumbir.

1.3 Preferências Políticas, Características Individuais e Comportamento Político

A falta de congruência entre as atitudes e crenças dos cidadãos e as estruturas políticas pode gerar desconfiança, desinteresse e até mesmo uma crise na democracia (MIRANDA, 2017). Quando os cidadãos se decepcionam com o funcionamento das entidades democráticas, em decorrência da percepção de aumento da corrupção, assim como da falta de transparência e a descrença na efetividade das decisões públicas, o desengajamento político por parte dos mesmos se torna evidente. Isso pois, as instituições exercem influência sobre o comportamento das pessoas assim como as pessoas também influenciam o funcionamento das instituições (*idem*).

Pesquisas indicam que traços pessoais, como sentimentos, podem estar relacionados às suas atitudes políticas (OXLEY et al., 2008). Esses estudos sugerem que as emoções desempenham papel importante na formação das atitudes políticas, influenciando o engajamento cívico, a tomada de decisão política e a percepção de questões políticas. Essa compreensão mais profunda da interação entre emoção e política contribui para melhor entendimento do comportamento político dos indivíduos e pode fornecer *insights* importantes para a elaboração de estratégias políticas e de engajamento cívico mais eficazes (OXLEY et al., 2008).

Outro fator a ser considerado do ponto de vista do indivíduo, como rapidamente discutido no tópico anterior, é a ideologia. Para o caso brasileiro, entretanto, não há evidências empíricas de que seja uma variável capaz de estruturar o comportamento político do brasileiro (PEREIRA, 2020; OLIVEIRA; TURGEON, 2015). Autores afirmam que aspectos ideológicos e o comportamento eleitoral dos brasileiros não pode ser considerada consistente, porque a ideologia do cidadão pode não influenciar diretamente as decisões políticas que ele faz (IZUMI, 2019).

No contexto político brasileiro, emerge a complexa dinâmica da polarização afetiva, onde o Partido dos Trabalhadores (PT) atua como elemento central (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Diferente dos Estados Unidos, onde a divisão ocorre principalmente entre dois partidos, no Brasil, a polarização se organiza em torno do PT, gerando dois grupos antagônicos: os petistas e os antipetistas. Essa dinâmica não segue padrões estáticos, mostrando-se fluida ao longo do tempo, com períodos de convergência e divergência (BELLO, 2023).

Embora estudos indiquem que a maioria dos brasileiros não tenha uma preferência partidária clara, Silva (2021) destaca uma significativa identificação histórica com o PT. Samuels (2004 e 2008) vai além, considerando os petistas como substancialmente distintos dos demais cidadãos brasileiros. Ele destaca a crença desses indivíduos na eficácia da participação política individual.

A literatura aponta que, embora não haja consenso sobre o nível exato de polarização, há um reconhecimento de que ela existe e que é dinâmica (BELLO, 2023; BORBA;

SILVA, 2020). Alguns argumentam que, apesar do alinhamento entre identificação partidária e posições ideológicas, os eleitores permanecem moderados (FIORINA; ABRAMS, 2008). Outros sugerem que as pessoas estão se separando mais com base na associação entre identificação partidária e preferências ideológicas e políticas (BORBA; SILVA, 2020).

Mouffe (2005) destaca que as paixões coletivas são inerentes à vida política e o antagonismo é uma parte inevitável da democracia. Esse fenômeno se manifesta de maneira exacerbada nas redes sociais, nas quais os discursos de ódio e linchamentos virtuais se tornam comuns. Os conflitos partidários – especificamente, o partidarismo – estruturam preferências políticas e atitudes (BLANK; SHAW, 2015).

Esse é um tipo de característica que pode, inclusive, impactar na própria confiança nas eleições. Isso porque o alinhamento eleitoral pode ser consequência identificação partidária negativa, por meio do qual eleitores se unem mais contra um partido do que a favor de outro. A depender da expressão de confiabilidade de um lado da disputa no próprio processo eleitoral, o outro pode rejeitá-lo exatamente por isso. Muitas vezes, o partidarismo é moderado por outras características individuais e isso pode reforçar crenças prévias – sobretudo as consonantes com a inclinação partidária (OLIVEIRA, 2023).

No cenário brasileiro, o autoritarismo prevê a escolha do voto dos eleitores (VIDIGAL, 2022). Conforme os achados de Vidigal, há correlação significativa entre o grau de autoritarismo de um indivíduo e suas chances de votar em candidatos associados à extrema direita. Essa descoberta nos leva a questionar: se o autoritarismo serve como um fator orientador do voto para uma considerável parcela da população, poderia esse mesmo traço impactar o nível de confiança nas instituições do Estado?

Ao explorar a conexão entre autoritarismo e preferências políticas, Vidigal (2022) destaca não apenas o papel do autoritarismo na orientação do voto, mas também lança luz sobre a possibilidade de esse traço pessoal reverberar em atitudes mais amplas em relação às instituições democráticas. Nesse sentido, examinar a interseção entre características individuais, como o autoritarismo, e a confiança nas instituições torna-se imprescindível para uma compreensão mais profunda das atitudes e comportamento político do eleitorado brasileiro.

Igualmente, a influência do gênero na confiança institucional é uma faceta importante a ser explorada. Há muitos indicativos da relação de desigualdade entre homens e mulheres como entraves à democracia (BIROLI, 2018). Considerando esse prisma, poderiam as mulheres ser mais reticentes quanto às instituições do Estado? Afinal, são preteridas na maioria dos espaços político-institucionais. Isso tenderia a afetar suas atitudes quanto a esse aspecto da política?

Outro fator que merece destaque é a relação entre idade e confiança nas instituições. Pessoas mais velhas confiariam mais nas instituições do Estado que as mais jovens? Estudos argumentam que a experiência e a memória histórica dos mais velhos em relação à democracia e instituições determinam seu nível de confiança (INGLEHART; BAKER, 2000). Em contraste, parece normal que pessoas mais jovens enfrentem mais incertezas sociais – o que pode influenciar diretamente seu grau confiança ou desconfiança.

Finalmente, considerando que a maioria dos brasileiros não possui grau superior de escolaridade, é possível haver uma tendência mais submissiva às instituições do estado nesse caso. Adicionalmente, Putnam (2000) argumenta que a escolaridade pode ampliar a compreensão dos indivíduos sobre os processos democráticos. Essa maior compreensão, no entanto, pode ter implicações notáveis, especialmente quando escândalos e acusações

de práticas ilícitas por parte de políticos vêm à tona, o que pode gerar descrença nas pessoas. Ressalte-se que a corrupção impacta a confiabilidade das instituições (BEESLEY; HAWKINS, 2022).

Tendo em conta, portanto, essa discussão teórica e avançado um pouco em relação aos achados de Russo, Azzi e Favero ((RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018)), formulam-se as seguintes hipóteses: **H1**: preferências partidárias (petismo e antipetismo) determinam a confiança do eleitorado brasileiro nas instituições do Estado; **H2**: pessoas com mais interesse em política devem apresentar níveis mais elevados de confiança nas instituições; **H3**: indivíduos que expressam maior apoio à democracia são mais propensos a confiar nas instituições; **H4**: pessoas com traços autoritários tendem a confiar menos nas instituições.

Além disso, buscamos investigar as seguintes perguntas de pesquisa: **P1**: indivíduos de faixas etárias mais avançadas demonstram, em geral, maior propensão a confiar nas instituições em comparação com os mais jovens; **P2**: existe uma tendência de que mulheres expressem níveis mais baixos de confiança nas instituições; **P3**: pessoas com maior nível de escolaridade apresentam uma tendência a ter níveis menores de confiança nas instituições.

2 Metodologia

Para desenvolver as análises previstas nesta pesquisa, utilizam-se dados do Barômetro das Américas, organizado pelo Lapop Lab. Foram consideradas as ondas de 2007 a 2019. A amostragem é representativa em termos da população brasileira. As entrevistas são feitas no modo face a face. Optou-se pelo Barômetro por causa da característica longitudinal e devido às perguntas, no geral, adequadas ao objeto deste estudo (nem todas as questões foram replicadas em todas as ondas desse recorte de tempo, mas foram suficientes para as análises empreendidas aqui).

Na primeira parte da análise, o foco é descritivo². Busca-se capturar as tendências de confiança em instituições-chave do estado brasileiro. Considerando-se o banco de dados, foram avaliados os casos do Congresso Nacional, Presidente da República, Partidos Políticos, Eleições, Supremo Tribunal Federal e Forças Armadas. Portanto, numa escala Likert de 7 pontos, foi mensurado o nível de confiança nessas instituições. Nesse caso, o número 1 significa “nenhuma confiança” e o 7 “confiança total”. Ressalte-se que, desse modo, a meta inicial é ver - percentualmente - o quanto os brasileiros confiam nelas. Aqui, somente olha-se comparativamente qual dentre elas a mais ou menos confiável e como essa avaliação varia ao longo desse recorte de tempo.

Depois, o objetivo é estimar por meio de um modelo de regressão linear (mínimos quadrados ordinários) possíveis explicações para o nível de confiança (nossa variável dependente, cuja forma de mensuração foi mencionada no parágrafo anterior) nas instituições referidas. Temos, assim, como variáveis independentes: preferência partidária (Petista versus Antipetista), ideologia política, interesse por política, participação política, apoio à democracia e tendências individuais ao autoritarismo. Como controle, foram incluídas as variáveis gênero, idade e nível de escolaridade. Para cada instituição, foi aplicado esse modelo.

A operacionalização das variáveis independentes se deu a partir da reorganização da forma original do banco de dados, para facilitar a análise, mas nada que mudasse as informações coletadas pelo Barômetro.

² Para ver as estatísticas descritivas completas, acesse a Tabela 2.

Portanto, para **preferência partidária** (“petismo/antipetismo”) tomaram-se respostas de apoio ou rejeição ao PT, seguindo a teorização proposta pela literatura concernentemente ao que seriam as disputas partidárias no Brasil (PAIVA; BRAGA; JR, 2007; SAMUELS, 2008; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Especificamente, utilizaram-se duas perguntas: (1) “Falando sobre partidos políticos, você poderia informar o quanto gosta ou não gosta dos seguintes partidos: PT. Em que medida você gosta ou não gosta? É uma escala de 1 a 10, sendo 1 = Não gosto de forma alguma e 10 = Gosto muito”. (2) “Até que ponto você aprova o direito do PT de competir nas eleições para presidente do Brasil? É uma escala de 1 a 10, sendo 1 = Desaprova firmemente e 10 = Aprova firmemente.” Por fim, as respostas às duas perguntas foram adicionadas, tendo-se uma nova escala, sendo 10 o máximo sentimento positivo em relação ao PT enquanto 1 representa o antipetismo.

Para **ideologia**, foi mantida a escala de autopoicionamento ideológico adotada pelo Barômetro. Nesse caso, os respondentes dizem o quanto são de esquerda ou de direita, sendo 1 o máximo à esquerda e o 10 à direita.

A variável **interesse por política** também manteve a codificação original: a partir de uma escala Likert de 1 a 4, o respondente indicava o quanto se interessava pelo assunto. O número 1 representa “muito interessado” e o 4 “nada interessado”.

Em relação à variável **engajamento político**, utilizou-se a pergunta sobre a participação em reuniões organizadas por partidos ou movimentos políticos. As opções de respostas apostas da seguinte maneira: (1) Uma vez por semana; (2) Uma ou duas vezes ao mês; (3) Uma ou duas vezes ao ano; (4) Nunca. Consequentemente, quanto maior o número, menor o engajamento.

No que tange ao **apoio à democracia**, tomou-se a pergunta: “A democracia tem seus problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?” Para responder, o participante tinha uma escala Likert de 7 pontos em que 1 significa “discorda muito” e 7 “concorda muito”. Então, quanto maior o número na escala, maior é o suporte à democracia.

Já a variável para **tendências individuais ao autoritarismo** se baseia na estratégia utilizada por Vidigal (2022). No banco de dados há a seguinte pergunta: “Mudando de assunto e falando das qualidades que as crianças devem ter, vou mencionar várias características e quero que me diga qual é mais importante para crianças”. Havia 3 conjuntos, com três perfis cada: no primeiro, (1) “Independência”; (2) “Respeito aos mais velhos”; (3) “Ambos”. No segundo, (1) “Obediência”; (2) “Autonomia”; (3) “Ambos”. Por fim, (1) “Criatividade”; (2) “Disciplina”; (3) “Ambos”. Com isso, para cada conjunto foram criadas variáveis binárias em que, (“respeito aos mais velhos = 1, “outros = 0”); (“obediência = 1, outros = 0”); e (“disciplina = 1, outros = 0”). Por fim, todos os conjuntos foram adicionados para ter uma medida única, na qual os valores mais altos significam maior autoritarismo.

Para **gênero**, a medida original foi recodificada, atribuindo-se o valor 0 para “homens” e 1 para “mulheres”. Os números em si não significam nada, servem apenas para organizar as análises. Quanto à **idade**, seguiu-se a dinâmica original do Barômetro, na qual é organizada conforme estas faixas: 16-17 anos; 18-30; 31-40; 41-50; 51-60; acima de 60 anos. Finalmente, quanto à **Educação**, criou-se uma variável binária, sendo 0 “sem nível superior” e 1 “com nível superior” – usa-se, nesse caso, a mesma estratégia de Oliveira e Turgeon (2015).

3 Resultados

3.1 Confiança nas instituições ao longo do tempo

Antes de entender os fatores que explicam a confiança dos indivíduos nas instituições, é fundamental verificar os percentuais médios de confiança no período entre 2006 e 2019 (recorte de dados disponíveis). Adicionalmente, será feita uma comparação do nível de confiança entre as instituições.

Figura 1 – Confiança Média - Congresso

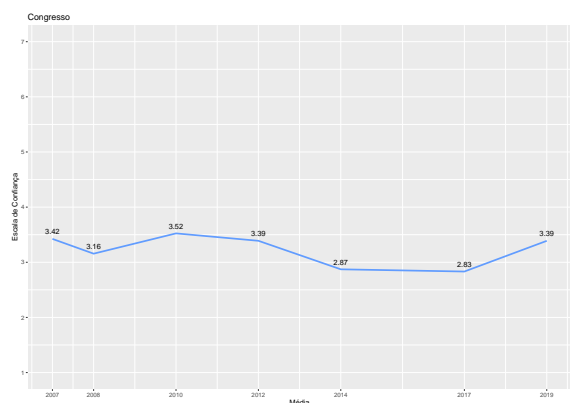
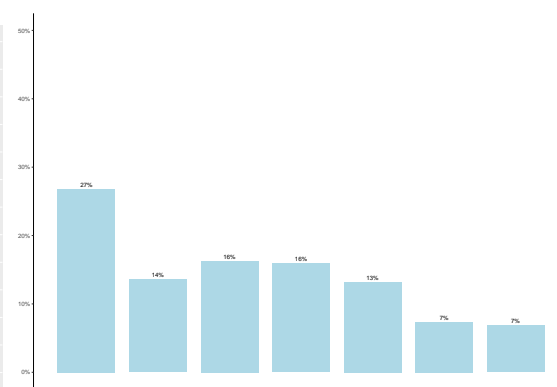


Figura 2 – Escala de Confiança



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019

Conforme mostra a Figura 1, quanto ao Congresso Nacional – instituição essencial à democracia brasileira – percebe-se que entre 2007 e 2019 não há significativas variações no grau de confiança. Nesse período, considerando a escala de 1 (Não confia) a 7 (confia), a nota média é 3.23. Em 2010, houve um nível de confiança um pouco maior (3.5, em média). Entre 2014 e 2017 houve as menores média de confiança no Congresso, com variação das notas um pouco abaixo do 3. De 2013 para frente, com as Jornadas de Julho, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o Governo Temer e com repercussões da Lava Jato podem ter impactado o nível de confiança geral nas instituições, inclusive do Congresso – que nunca teve notas muito altas, como se vê na Figura 2.

Figura 3 – Confiança Média - Eleições

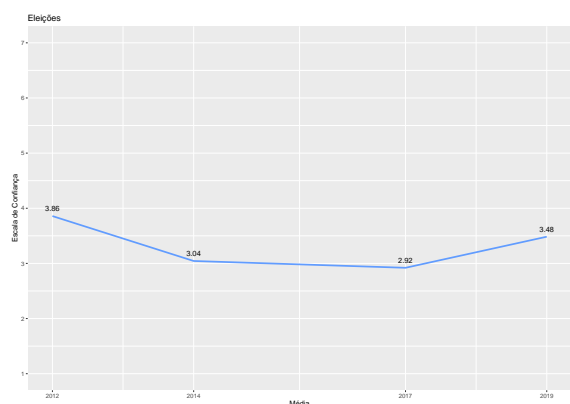
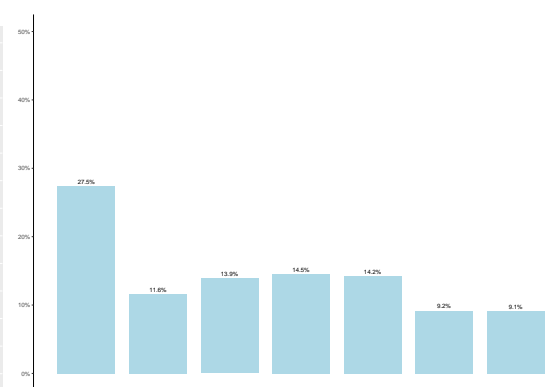


Figura 4 – Escala de Confiança



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019

As Eleições são um pilar da democracia, mas ao analisar a Figura 3, não se vê um

nível alto de confiança no processo. Como no caso do Congresso – nota-se uma variação para baixo na confiança entre 2014 e 2017, o que pode também estar relacionado às turbulências políticas do período (De 2012 a 2019, a média é de 3.3). Observando-se a Figura 4, vê-se mais incidência da desconfiança (o número 1 da escala).

Figura 5 – Confiança Média - FA

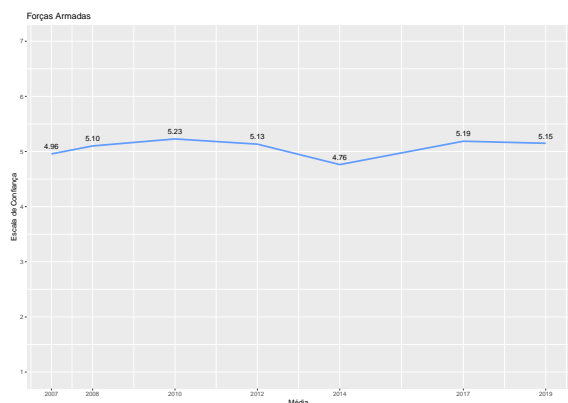
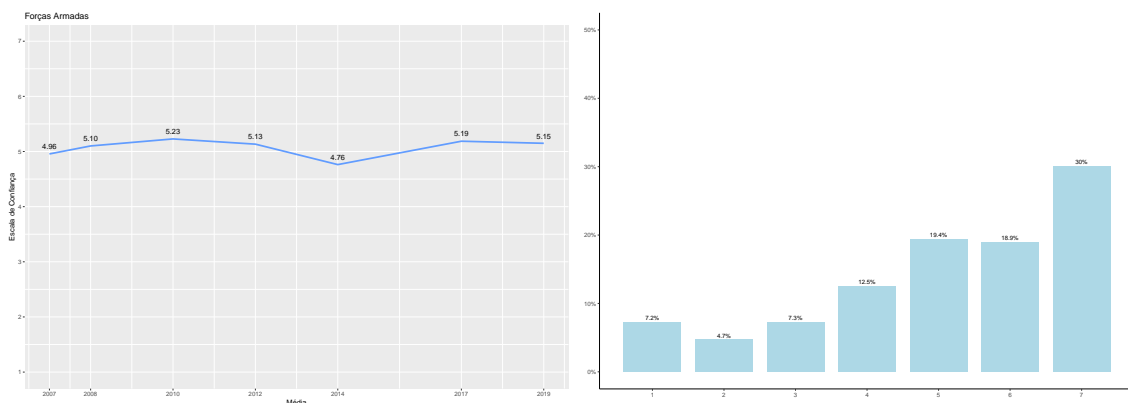


Figura 6 – Escala de Confiança



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019

Quanto às FA, como mostrado na Figura 5, a confiança média de 2007 a 2019 é de 5.07 – é a maior nota entre todas as instituições do Estado brasileiro. Em 2014, houve uma pequena variação para baixo, mas – ainda assim – passa dos 4 na escala de 1 a 7. A Figura 6, aliás, mostra forte incidência de níveis de confiança altos, com a maior frequência no máximo (7). Depois da redemocratização em 1985, as FA estiveram bem afastadas da política e, talvez, isso as tenha mantido incólumes às crises políticas do período.

Há também a sensação de neutralidade das Forças Armadas relativamente aos escândalos de corrupção nas instituições políticas do país. Essa característica pode estruturar a confiança dos indivíduos nessa instituição. De acordo com os dados, além de apresentar o maior grau de confiança em comparação às outras instituições, as Forças Armadas também apresentam pouca variação do percentual de confiança nos anos analisados. É claro que pode ter havido mudança nessa confiança de 2019 para frente, sobretudo por causa do Governo Bolsonaro, que voltou a politizá-las (novos estudos devem ter isso em conta).

Figura 7 – Confiança Média - Partidos

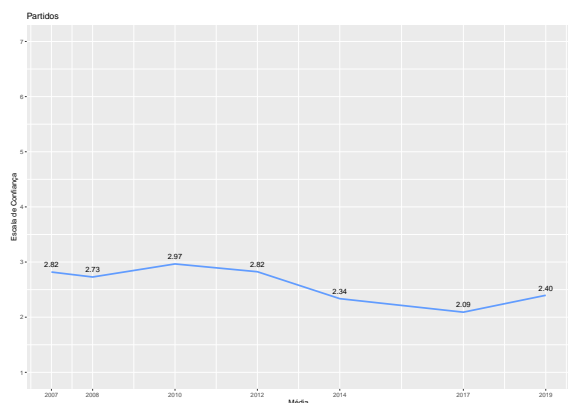
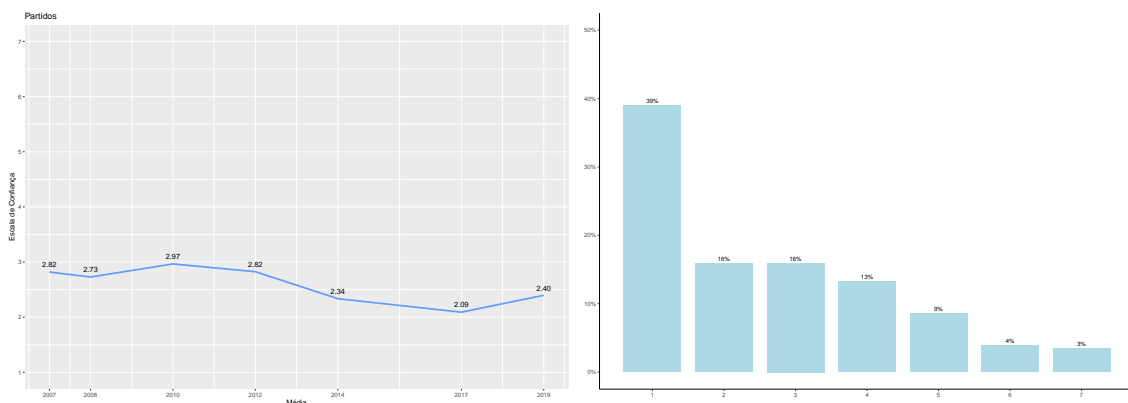


Figura 8 – Escala de Confiança



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019

Entre as instituições analisadas, os Partidos Políticos representam o menor grau de confiança, com nota média de 2.6 de 2007 a 2019, como se observa na Figura 7. É algo compreensível porque o Brasil não é tido como um país em que os partidos importem muito para a maioria da população. Nota-se com clareza na Figura 8 a incidência avassaladora da nota 1 – a que demonstra o menor nível de confiança. Se não são relevantes, o esperado é que a população não vá confiar muito neles. Esse quadro tende a tornar a identificação com partidos ainda mais complexa.

Figura 9 – Confiança Média - Presidente

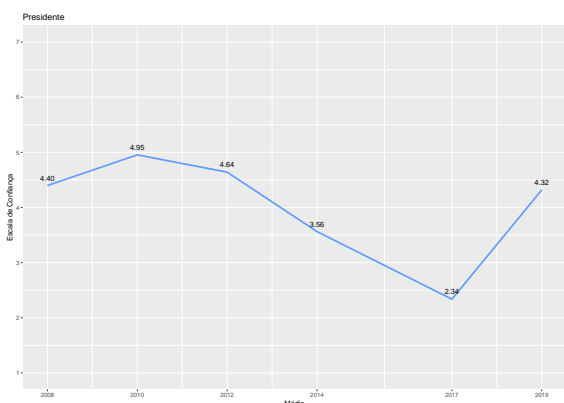
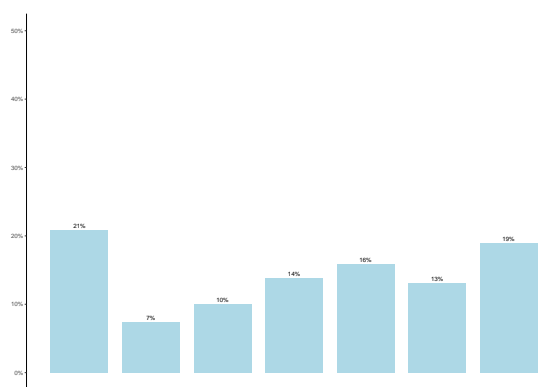


Figura 10 – Escala de Confiança



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019

No período avaliado, o Presidente da República detém um dos maiores percentuais de confiança entre as instituições analisadas. A nota média de 2008 a 2019 é de 4.03, como se vê na Figura 9. Igualmente, é perceptível mais equilíbrio médio das notas na escala de 1 a 7 para esse recorte de tempo, como mostra a Figura 9. Dos anos avaliado, em 2014 há uma queda no nível médio de confiança. Esse momento é o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff que, apesar de reeleita, estava numa tendência de queda de popularidade. A nota de confiança mais baixa é em 2017, cujo presidente era Michel Temer, que ascendera ao poder pós impeachment de Rousseff em 2016. Naquele ano, Temer enfrentava várias denúncias de corrupção e respingos das investigações da Operação Lava Jato.

Figura 11 – Confiança Média - STF

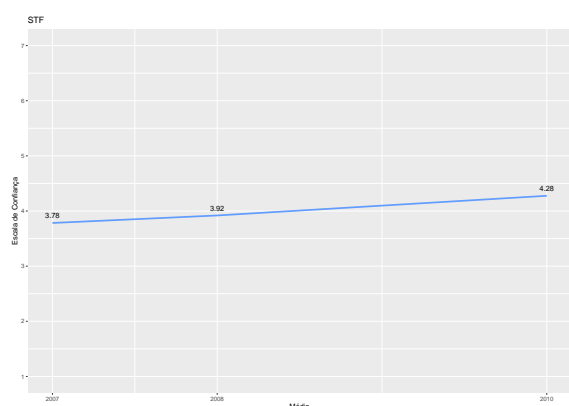
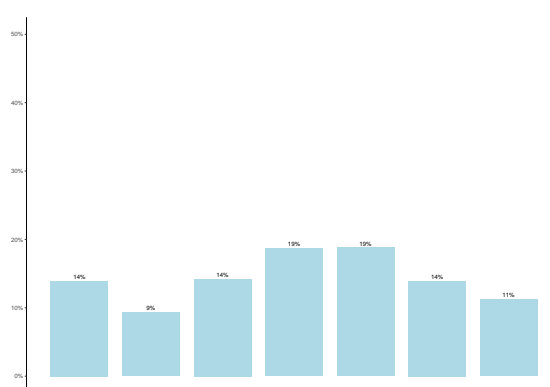


Figura 12 – Escala de Confiança



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019.

A análise a respeito do STF é um pouco prejudicada, porque os dados só abrangem

2007, 2008 e 2010. Nesse período, mostra a Figura 11, a média de confiança na Corte é de 3.99 – um nível bom. A variação das notas de confiança no Supremo, vê-se na Figura 12, é baixa. Certamente, dados que abrangem o período de 2014 para frente devem mostrar queda nessa confiança por causa do grau de politização das decisões do Tribunal.

3.2 Explicações para o Nível de Confiança nas Instituições

Visto, portanto, as médias de confianças nessas instituições, o próximo passo é entender o que determina confiar ou não nas instituições do Estado brasileiro. Com essa meta, estimamos um modelo de regressão linear para testar o quanto *preferências partidárias* (petismo/antipetismo), *ideologia*, *interesse por política*, *engajamento político*, *apoio à democracia* e *tendências individuais ao autoritarismo* podem explicar essa atitude. Como controle, incluímos gênero, idade e nível de escolaridade.

Como hipóteses, a expectativa é a de que ser petista ou antipetista determinará o nível de confiança nessas instituições. Também esperamos que pessoas mais interessadas por política confiarão mais nas instituições que as pouco interessadas. A mesma coisa deve acontecer com aqueles que apoiam mais a democracia comparados aos que não a apoiam. Por fim, a inclinação autoritária do indivíduo deverá afetar sua confiança nas instituições. Quanto às variáveis de controle não temos previsões, mas – dado a características específicas – pode ser que mulheres sejam mais desconfiadas que homens e pessoas mais velhas confiem mais. Os coeficientes dos modelos estão representados na Figura 13³.

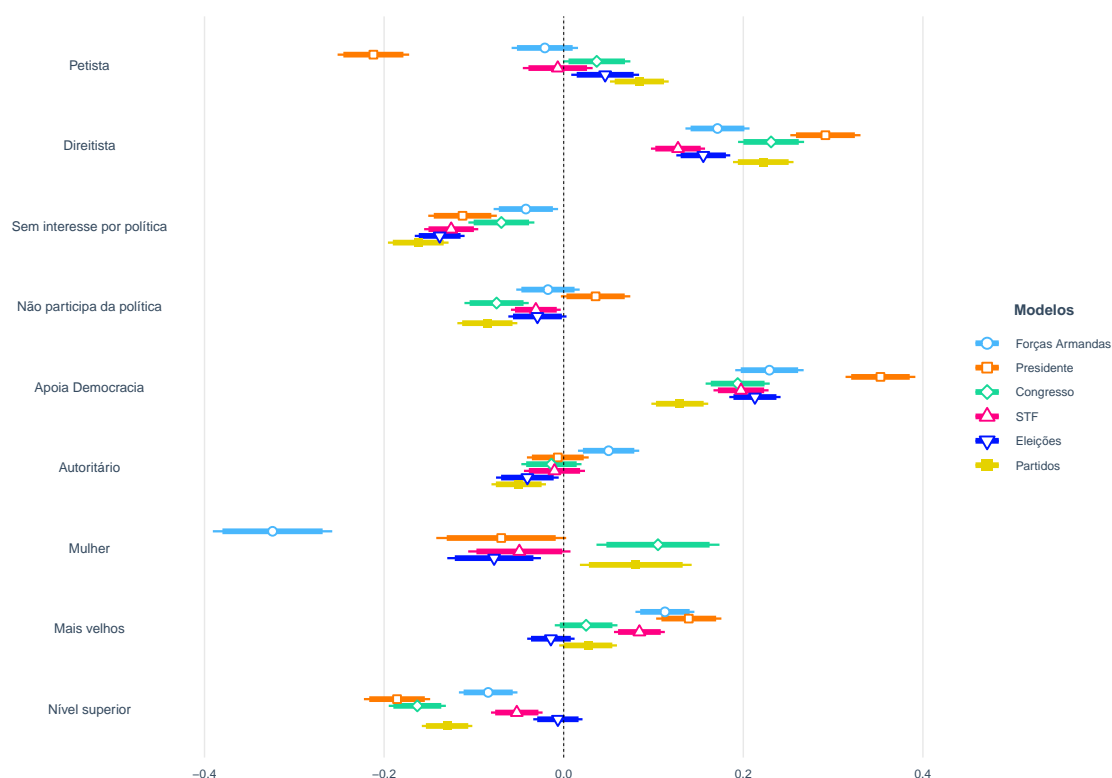
Os resultados mostram, como esperado, que um petista comparado a um antipetista tende a confiar menos no presidente da República. Como esse recorte de tempo inclui o final do governo Lula, depois Dilma Rousseff, Michel Temer e o primeiro ano de Jair Bolsonaro, é possível que o acirramento político surgidos no final do primeiro Governo Dilma, tenha impactado esse cenário. Por outro lado, quem se identifica com o PT confia mais nas eleições e nos partidos políticos que alguém antipetista. É algo plausível, porque a identificação partidária com o PT é alta e isso tende a gerar mais confiança nos partidos. Relativamente às outras instituições, os coeficientes não são estatisticamente significativos, o que não possibilita interpretação alguma.

Para ideologia, não previmos a direção dos resultados, mas os coeficientes retratados na Figura 13 apontam que as pessoas que se identificam como *direitistas* tendem a confiar mais em todas as instituições que as que se dizem de *direita*. Talvez isso faça algum sentido quando ao se pensar nas Forças Armadas, no Presidente da República, mas nem tanto para Partidos e Eleições. Claro que as inclinações desses coeficientes são menores que aqueles da confiança nas FA e no presidente e STF. Novos estudos deveriam se debruçar sobre esse caso específico, para buscar compreender melhor o fenômeno. É certo que a literatura tem mostrado que – apesar de se autoposicionarem na escala de ideologia – os eleitores brasileiros não estruturam atitudes e comportamentos a partir da ideologia de que dizem ser adeptos (OLIVEIRA; TURGEON, 2015; PEREIRA, 2020).

Os achados indicam, como esperado, que aqueles com menos interesse por político propendem a confiar menos nas FA, Presidente da República, Congresso, Supremo, Partidos e Eleições que as pessoas mais interessadas pelo tema. Um dos fatores que podem explicar o desinteresse dos cidadãos por política é justamente o descontentamento com o funcionamento das instituições do Estado (MIRANDA, 2017). Além de favorecer o desengajamento político, isso similarmente influencia diretamente na desconfiança (FOCKINK, 2019).

³ Para ver os coeficientes com todos os detalhes, acesse a Tabela 1.

Figura 13 – Coeficientes Estimados: Confiança nas instituições



Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas - 2007 a 2019. As barras à direita do 0 significam mais confiança e as à esquerda menor. Se as barras tocam o 0, não há significância estatística. ($p < 0.05$ - parte mais fina da barra; $p < 0.1$ - parte mais espessa).

Outra variável incluída no modelo é a participação política. A inclinação dos coeficientes também ilustrada na Figura 13 revela que pessoas com pouco engajamento, diante das que mais participam, confiam menos no Congresso, STF e nos Partidos. Para as outras instituições, não se pode concluir nada, porque não há significância estatística. No modelo para eleições, a tendência é de mais desconfiança para aqueles menos engajados politicamente ($p < 0.1$). De modo geral, os achados referentes ao engajamento político estão em consonância com Russo, Azzi e Favari (2018).

Uma das inovações desta pesquisa em relação ao trabalho de Russo, Azzi e Favari – além da estratégia estatística de análise – e a inclusão da variável “apoio à democracia”. Como previmos e apontado na Figura 13, pessoas que apoiam a democracia, em relação àqueles que não apoiam, tendem a confiar mais em todas as instituições aqui estudadas, com um maior grau de confiança no Presidente. É possível que pessoas com mais apreço pela democracia sejam mais conscientes do papel institucional de cada ente do Estado.

Este estudo igualmente avança ao considera tendências individuais ao autoritarismo como uma variável tendente a impactar o nível de confiança das pessoas nas instituições. Os coeficientes mostram que gente mais autoritária, comparada às menos, confia mais nas FA, mas desconfia das eleições e dos partidos políticos. Portanto, no caso dessas instituições, um achado em consonância com o previsto. Nos outros modelos, não se alcança significância estatística.

Com relação às variáveis de controle, os resultados mostram que mulheres, comparadas aos homens, confiam bem menos nas FA e com inclinação menor nas eleições. Diferentemente, elas confiam mais no Congresso e nos partidos. Quanto ao presidente e ao STF, a tendência é de desconfiança entre as mulheres ($p < 0.1$). Para os outros casos, não se pode concluir nada devido à falta de significância estatística. É um tema que requer mais estudos, contudo, a desconfiança das mulheres em relação às instituições, comparada com os homens, pode ser influenciada por diversos fatores, inclusive culturais (BIROLI, 2018). Um dos principais argumentos é exatamente a falta de representação feminina nas instituições, como é evidente nas Forças Armadas e no Congresso Nacional.

Considerando-se a idade, a Figura 13 mostra que pessoas mais velhas, comparadas aos mais novos, tendem a confiar mais nas FA, Presidente e STF (nos outros casos, não há significância estatística). Entre os diversos fatores que podem desvendar esses resultados, estudos afirmam que a experiência e a memória histórica dos mais idosos são as principais explicações (INGLEHART; BAKER, 2000).

Por fim, indivíduos mais escolarizados – comparados aos com nível de educação formal mais baixo – confiam menos nas Forças Armadas, Presidente, Congresso, STF e Partidos (para Eleições, não se alcançou significância estatística). Não sabemos ao certo as razões para esse resultado, porém, pode-se supor que essa desconfiança tenha alguma relação com uma maior conhecimento e compreensão das circunstâncias políticas do país. (PUTNAM, 2000). Sem dúvida, nesse campo de estudos, é um achado que indica a necessidade de mais aprofundamento.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou o nível de confiança dos brasileiros em algumas instituições do Estado e adicionalmente fatores que podem explicar tal atitude. Considerando-se o recorte de tempo de 2007 a 2019, as Forças Armadas (FA) têm recebido maior grau de confiança. A segunda instituição é a figura do Presidente da República, com leve variação para baixo entre 2014 e 2017 – algo coincidente com períodos de acirramento da turbulência política no país.

Nesses anos, o Congresso Nacional exibiu relativa estabilidade na confiança, com pequenas flutuações para baixo de 2014 a 2017 – nada que ficasse muito longe da média. Essa leve queda, talvez, sejam resultados de votações polêmicas, como a Reforma da Previdência, e mesmo resquícios da Operação Lava Jato. Câmara e Senado, na verdade, nunca desfrutaram de confiança elevada do eleitorado.

Já os partidos políticos, mesmo sendo fundamentais para o processo eleitoral, não têm sido historicamente instituições às quais o eleitorado brasileiro atribui muita relevância. Por isso mesmo, não é de se estranhar que tenha o nível de confiança mais baixo entre todas avaliadas nesta pesquisa. As eleições, sem dúvida, são esteio da democracia representativa, todavia – na escala de 1 (não confia) a 7 (confia), elas nunca gozaram de muita confiança dos brasileiros. Esse baixo nível até mesmo baixou um pouquinho entre 2014 e 2017, como ocorreu com a maioria das instituições do Estado.

Quanto ao Supremo Tribunal Federal, a tendência nunca foi de confiança muito alta, e novos estudos devem avaliar esse caso com muito cuidado. Infelizmente, os dados disponíveis ao longo do desenvolvimento desta pesquisa não permitiram expandir a análise para o período pós Governo Bolsonaro.

Passando às explicações das razões da confiança ou desconfiança, esta pesquisa apresenta algumas novidades quando comparada a outros trabalhos. Os resultados encontrados apontam que a identificação ou rejeição ao PT, o interesse por política, apoio à democracia e a inclinação individual para o autoritarismo determinam o quanto a pessoa confiará ou não no Presidente da República, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Eleições, Partidos Políticos e nas Forças Armadas. Em consonância com achados prévios, este estudo ainda detectou a relação entre participação política e confiança nas instituições.

Especificamente, indivíduos identificados com o Partido dos Trabalhadores (PT), tendem a confiar mais nas instituições essencialmente representativas, como as Eleições e os Partidos Políticos, do que os antipetistas. Estes, por sua vez, confiam mais no Presidente da República. Como o período estudado perpassa o final dos governos liderados pelo PT e ascensão de presidentes de inclinação ideológica mais à direita, são constatações analíticas consoantes com eventos históricos do recorte de investigação desta investigação.

Não condizente com investigações anteriores quanto ao papel da ideologia, os achados desta pesquisa viram forte relação entre a autoidentificação com a direita e mais confiança nas instituições, até mesmo com partidos e eleições. Sem dúvida, é uma variável que novos estudos devem levar em conta e aprofundar a análise, porque – pensando intuitivamente – não faz muito sentido para o Brasil pessoas de direita confiarem mais em partidos e eleições que gente de esquerda. Quanto às FA, Presidente da República e – para este período específico – o STF, até parece haver congruência. De todo modo, como apresentado nas discussões teóricas aqui desenvolvidas, não têm havido evidências de ideologia seja um preditor de atitudes e comportamento político no Brasil. Pode ser que haja uma tendência de mudança nesse quadro, como alguns pesquisadores já vêm levantando a partir da ascensão de Jair Bolsonaro como ícone da extrema direita no país.

Outro achado relevante nesta pesquisa é o indicativo de gênero importa para confiança em certas instituições. Mulheres confiam menos FA que homens. O mesmo acontece em relação às eleições, mas em menor grau. Por outro lado, elas confiam mais no Congresso e nos Partidos. Quanto às pessoas mais velhas – na comparação às mais jovens – há mais confiança nas FA, Presidente e STF. Por fim, pessoas com mais escolaridade, no geral confiam menos em todas as instituições avaliadas que as de pouco estudo.

Convém ressaltar que o desenvolvimento institucional é influenciado por processos históricos, mudanças políticas e transformações culturais. Isso estabelece relação intrínseca entre instituições e indivíduos. A qualidade e desempenho das instituições políticas – além de fatores imponderáveis que surgem no ambiente político – influenciam diretamente a capacidade dos governos em atender às demandas da sociedade. Isso, certamente, move a vida dos cidadãos, incluindo seu nível de confiança nas instituições.

Não há dúvidas de que este artigo tem grande potencial de contribuir para a discussão da construção da confiança entre cidadãos e instituições do Estado. É fundamental para democracia que as pessoas confiem e acreditem nessas instituições. Portanto, para além de saber o quanto confiam ou não, deve-se entender as razões pelas há confiança ou desconfiança. Nesse aspecto, esta pesquisa apresenta importantes achados.

Não obstante, relevantes deficiências são a falta de frequência de dados para algumas instituições em determinados anos. Outra falha é a falta de contemporaneidade, porque – indubitavelmente – o contexto político-institucional mudou muito com o Governo Bolsonaro e o que Jair Bolsonaro passou a representar em termos de crença política para parte significativa da população. Então, é preciso haver atualização das análises para esse contexto. Novos estudos devem incluí-lo em suas investigações.

Em conclusão, as análises empreendidas nesta pesquisa destacam a natureza dinâmica da confiança nas instituições democráticas no Brasil. A correlação entre eventos específicos, desempenho institucional e a confiança dos cidadãos parece evidente. Além disso, novos estudos semelhantemente deveriam considerar investigar se a falta de confiança estaria atribuída ainda à percepção de ineficácia, falta de representatividade e escândalos de corrupção. Não há dúvidas do quanto estudos com esse foco podem fornecer um quadro abrangente das complexidades que moldam a relação entre os cidadãos e as instituições políticas no Brasil, o que é salutar para uma democracia tão jovem e em desenvolvimento.

Political Preferences, Authoritarianism, Support, and Rejection of Institutions in Brazil

Keren Appuc[§]

Brasília, dezembro de 2023

Abstract

This research investigates the relationship between political preferences, individual characteristics, and trust in institutions. The analyses are based on longitudinal data from the Americas Barometer for Brazil, covering the years from 2006 to 2019. The results indicate that whether or not one identifies with the PT (Workers' Party), ideology, interest in politics, level of political participation, support for democracy, authoritarianism, gender, age, and education level affect the degree of individual trust in the Armed Forces, the President of the Republic, Congress, the Supreme Federal Court (STF), Elections, and political parties. These findings are relevant to political science, especially with implications for studies of institutions and political behavior

Key-words: Institutions - Political Preferences - Ideology - Trust - Political Behavior

[§]kerenandhy@gmail.com

Referências

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257%2Fjep.31.2.211&fbclid=IwAR04My3aiycypMJKSI58e84gDvdroidsB9fqCycH9YfepWDDDwT--fZnVPvo;%20https://www.nyu.edu/about/news-publications/news/2019/january/fake-news-shared-by-very-few--but-those-over-65-more-likely-to-p.html>>. Citado na página 5.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. [S.l.]: Princeton university press, 2015. Citado na página 5.
- ALTHAUS, S. L. Information effects in collective preferences. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 92, n. 3, p. 545–558, 1998. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/information-effects-in-collective-preferences/A1374EC949968A846E2F3842B999AF49?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark>. Citado na página 6.
- AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, SciELO Brasil, v. 37, p. 273–289, 2018. Citado na página 6.
- BARABAS, J. et al. The question (s) of political knowledge. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 108, n. 4, p. 840–855, 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/questions-of-political-knowledge/F614E4AA4C65E0A23195705DA99D1EFE?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark>. Citado na página 6.
- BARBER, M. et al. Causes and consequences of polarization. *Political negotiation: A handbook*, Brookings Institution Press Washington, DC, v. 37, p. 39–43, 2015. Citado na página 6.
- BEESELEY, C.; HAWKINS, D. Corruption, institutional trust and political engagement in peru. *World Development*, Elsevier, v. 151, p. 105743, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105743>>. Citado na página 9.
- BELLO, A. Polarização política dinâmica: evidências do brasil. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 29, p. 42–68, 2023. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 8.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 16.
- BLANK, J. M.; SHAW, D. Does partisanship shape attitudes toward science and public policy? the case for ideology and religion. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 658, n. 1, p. 18–35, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0002716214554756>>. Citado na página 8.

BORBA, J.; SILVA, G. U. L. d. *As bases afetivas do comportamento político: ressentimento racial, partidarismo negativo e polarização na política americana*. [S.l.]: SciELO Brasil, 2020. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 8.

CANES-WRONE, B.; MARCHI, S. D. Presidential approval and legislative success. *Journal of Politics*, Wiley Online Library, v. 64, n. 2, p. 491–509, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1468-2508.00136>>. Citado na página 4.

CANES-WRONE, B.; SHOTTS, K. W. The conditional nature of presidential responsiveness to public opinion. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 48, n. 4, p. 690–706, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.0092-5853.2004.00096.x>>. Citado na página 4.

CAROTHERS, T. Is the global tide turning in favor of democracy? CEIP: Carnegie Endowment for International Peace, 2023. Disponível em: <<https://policycommons.net/artifacts/3936693/is-the-global-tide-turning-in-favor-of-democracy/4743495/>>. Citado na página 6.

CARVALHO, J. M. d. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 21–33, 2004. Citado na página 3.

CINTRA, A. O. O sistema de governo no brasil. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Ed.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro e São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung e Editora Unesp, 2007, (2). p. 59–79. ISBN 978-85-7504-108-6 e 978-85-7139-753-8. Citado na página 4.

COSTA, A. B. S. R. Origem, causas e consequências da polarização política. 2020. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/37008>>. Citado na página 6.

DALTON, R. J. Citizen attitudes and political behavior. *Comparative political studies*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 33, n. 6-7, p. 912–940, 2000. Citado na página 6.

DALTON, R. J.; FARRELL, D. M.; MCALLISTER, I. *Political parties and democratic linkage: How parties organize democracy*. New York: Oxford University Press, 2011. Citado na página 5.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. Political polarization in the american public. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, Annual Reviews, v. 11, p. 563–588, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 6 e 8.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Ed.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro e São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung e Editora Unesp, 2007, (2). p. 303–347. ISBN 978-85-7504-108-6 e 978-85-7139-753-8. Citado na página 5.

FOCKINK, C. Os efeitos negativos da corrupção nas instituições públicas e no regime democrático. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v. 24, n. 3, p. 181–210, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 3 e 14.

FUKS, M.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. From antipetismo to generalized antipartisanship: the impact of rejection of political parties on the 2018 vote for bolsonaro. *Brazilian*

- Political Science Review*, Scielo Brasil, v. 15, p. 1–28, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010003>>. Citado na página 5.
- GOMES, Â. C.; ABREU, M. *A nova “Velha” República: um pouco de história e histotografia*. Tempo, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3Rivj8W>>. Citado na página 3.
- HUNTINGTON, S. P.; LEMOS, P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. [S.l.: s.n.], 1975. Citado 2 vezes nas páginas 3 e 4.
- INGLEHART, R.; BAKER, W. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American sociological review*, JSTOR, p. 19–51, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 16.
- IYENGAR, S.; SOOD, G.; LELKES, Y. Affect, not ideology: A social identity perspective on polarization. *Public opinion quarterly*, Oxford University Press US, v. 76, n. 3, p. 405–431, 2012. Citado na página 6.
- IZUMI, M. Y. Ideologia, sofisticação política e voto no brasil. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 25, p. 29–62, 2019. Citado na página 7.
- LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. ISBN 978-65-5396-022-0. Citado na página 5.
- MENEGUELLO, R.; MOISÉS, J. A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. *São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo*, 2013. Citado na página 6.
- MIRANDA, R. de S. Uma revisão de literatura sobre o neoinstitucionalismo e a avaliação do desempenho de instituições sociais. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 7, n. 2, p. 59–75, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/3508>>. Citado 4 vezes nas páginas 2, 3, 7 e 14.
- MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*, SciELO Brasil, v. 11, p. 33–63, 2005. Citado 3 vezes nas páginas 3, 5 e 6.
- MONSIVÁIS-CARRILLO, A. Perception of electoral integrity, trust in elections, and the conditional role of the understanding of democracy: Addressing the “mexican paradox”. *Colombia Internacional*, Universidad de los Andes, n. 110, p. 89–121, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/colombiaint110.2022.04>>. Citado na página 5.
- MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de sociologia e política*, SciELO Brasil, p. 11–23, 2005. Citado na página 8.
- NORRIS, P. *Critical citizens: Global support for democratic government*. New York: Oxford University Press, 1999. ISBN 978-0-19-829568-6. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/0198295685.001.0001>>. Citado 2 vezes nas páginas 2 e 4.
- OLIVEIRA, C. Misinformation, political preferences, and cognitive traits: a look at the brazilian electorate. *Opinião Pública*, Scielo Brasil, v. 29, p. 304–326, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912023292304>>. Citado na página 8.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 21, p. 574–600, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 7, 10 e 14.

OXLEY, D. R. et al. Political attitudes vary with physiological traits. *Science*, American Association for the Advancement of Science, v. 321, n. 5896, p. 1667–1670, 2008. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.1157627>>. Citado 3 vezes nas páginas 1, 2 e 7.

PAIVA, D.; BRAGA, M. d. S. S.; JR, J. T. P. P. Eleitorado e partidos políticos no brasil. *Opinião Pública*, Scielo Brasil, v. 13, p. 388–408, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200007>>. Citado 2 vezes nas páginas 5 e 10.

PENIDO, A. As forças armadas e as lutas populares no brasil: breve introdução. *DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: A OFENSIVA DAS DIREITAS*, p. 111, 2021. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/144>>. Citado na página 4.

PEREIRA, F. B. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerdano brasil. *Opinião Pública*, Scielo Brasil, v. 26, p. 154–179, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912020262154>>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 14.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. Marx e seu legado para a teoria contemporânea do estado capitalista. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 70, p. 31–50, 2010. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/343>>. Citado na página 3.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. [S.l.]: Simon and schuster, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 16.

REYNOLDS, A.; REILLY, B.; ELLIS, A. *Electoral system design: The new international IDEA handbook*. [S.l.]: International IDEA, 2008. Citado na página 5.

RUSSO, G. A.; AZZI, R. G.; FAVERI, C. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 24, p. 365–404, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/9YLJssW9qXFV8PH9g6XByFn/?format=html#>>. Citado 6 vezes nas páginas 1, 2, 3, 5, 9 e 15.

SAMUELS, D. Presidentialism and accountability for the economy in comparative perspective. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 98, n. 3, p. 425–436, 2004. Citado na página 7.

SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, Scielo Brasil, v. 14, p. 302–318, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200002>>. Citado 3 vezes nas páginas 5, 7 e 10.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. Partisans, anti-partisans, and voter behavior 1. In: AMES, B. (Ed.). *Routledge Handbook of Brazilian Politics*. New York: Taylor & Francis Group, 2018, (2). p. 269–290. ISBN 978-1-138-68445-4. Citado 3 vezes nas páginas 5, 7 e 10.

SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F. Qualidade da democracia no brasil e confiança nas instituições políticas. *Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 46–69, 2019. Citado na página 4.

SILVA, J. S. et al. Surfando na crise de representação e nos valores: lideranças políticas emergentes e mídias sociais digitais na América Latina. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Citado na página 7.

SMITH, S. S.; ROBERTS, J. M.; WIELEN, R. J. V. *The American Congress*. New York: Cambridge University Press, 2013. ISBN 978-1-107-61824-4. Citado na página 4.

TABER, C. S.; LODGE, M. Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 50, n. 3, p. 755–769, 2006. Citado na página 2.

VIDIGAL, R. Authoritarianism and right-wing voting in Brazil. *Latin American Research Review*, Cambridge University Press, v. 57, n. 3, p. 554–572, 2022. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 10.

VILAS, F. H. C. A ineficiência das esferas públicas institucionalizadas e a importância de um programa de formação política e cidadã para a sociedade. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11422/5504>>. Citado na página 7.

ANEXO A – Tabelas

Na Tabela 1, estão detalhados os coeficientes do modelo de regressão linear (Mínimos Quadrados Ordinários) utilizado para estimar a influência das preferências partidárias, ideologia, interesse por política, participação política, apoio à democracia e inclinações individuais ao autoritarismo sobre a confiança nas instituições do Estado brasileiro. Além disso, também foi estimado o efeito de gênero, idade e educação.

Tabela 1 – Modelo Linear (MQO) de Previsão da Confiança nas Instituições

	<i>Variáveis Dependentes</i>					
	Forças Armadas	Presidente	Congresso	Supremo	Eleições	Partidos
Petista	-0.019 (0.015)	-0.187*** (0.016)	0.032** (0.015)	-0.006 (0.013)	0.041*** (0.012)	0.074*** (0.014)
Direita	0.073*** (0.007)	0.124*** (0.008)	0.098*** (0.007)	0.054*** (0.006)	0.066*** (0.006)	0.095*** (0.007)
Sem interesse por política	-0.047** (0.020)	-0.126*** (0.021)	-0.078*** (0.020)	-0.140*** (0.017)	-0.154*** (0.015)	-0.181*** (0.018)
Não participa da política	-0.032 (0.031)	0.065* (0.034)	-0.137*** (0.032)	-0.057** (0.027)	-0.054** (0.025)	-0.156*** (0.029)
Apoia à democracia	0.131*** (0.010)	0.202*** (0.011)	0.111*** (0.010)	0.113*** (0.008)	0.122*** (0.008)	0.074*** (0.009)
Autoritário	0.145*** (0.049)	-0.019 (0.053)	-0.040 (0.050)	-0.030 (0.042)	-0.118*** (0.038)	-0.146*** (0.046)
Mulher	-0.324*** (0.034)	-0.070* (0.037)	0.105*** (0.035)	-0.049* (0.029)	-0.078*** (0.027)	0.080** (0.032)
Mais velhos	0.079*** (0.012)	0.098*** (0.013)	0.018 (0.012)	0.059*** (0.010)	-0.010 (0.009)	0.019* (0.011)
Com nível superior	-0.286*** (0.058)	-0.631*** (0.063)	-0.554*** (0.060)	-0.178*** (0.050)	-0.022 (0.046)	-0.441*** (0.055)
Constante	3.958*** (0.194)	3.138*** (0.211)	2.789*** (0.200)	3.754*** (0.166)	3.211*** (0.152)	2.809*** (0.182)
N	11,222	11,222	11,222	11,222	11,222	11,222
R ²	0.046	0.089	0.039	0.040	0.054	0.045

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas

Na Tabela 2 estão listadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nas análises desenvolvidas nesta pesquisa. Nela, veem-se os valores mínimos, máximos, média, desvio padrão e a quantidade de respondentes em cada caso específico.

Tabela 2 – Variáveis usadas na pesquisa

	<i>Estatísticas Descritivas</i>				
	Min	Max	Média	DP	N
Petismo	1(<i>APT</i>)	10(<i>PT</i>)	4.24	3.15	1451
Ideologia	1(<i>Esq</i>)	10(<i>Dir</i>)	5.61	2.58	9294
Interesse por política	1(<i>Sim</i>)	4(<i>Não</i>)	3	0.93	10360
Participa da política	1(<i>Sim</i>)	4(<i>Não</i>)	3.82	0.55	11135
Apoio à democracia	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	5.14	1.82	13617
Autoritarismo	0(<i>Não</i>)	3(<i>Sim</i>)	2.27	1	1337
Gênero	0(<i>Hom</i>)	1(<i>Mul</i>)	0.51	0.5	11222
Idade	1(16 – 17)	6(60+)	3.41	1.4	14219
Escolaridade	0(<i>SNS</i>)	1(<i>NS</i>)	0.11	0.31	9884
Confiança FA	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	5.09	1.84	11025
Confiança Presidente	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	4.12	2.16	9900
Confiança Congresso	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	3.15	0.9	10870
Confiança STF	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	4.06	1.88	7705
Confiança Eleições	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	3.41	2.01	7496
Confiança Partidos	1(<i>Não</i>)	7(<i>Sim</i>)	2.62	1.72	11035

Nota: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas